

A CULTURA CORPORAL COMO CRITÉRIO AVALIATIVO NA EDUCAÇÃO FÍSICA: REFLEXÕES E PRÁTICAS

Gabriela Mendes Cirino Keske¹
Hugo Roberto Keske Junior²
Samuel Oscar Mendes Cirino Keske³

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar, por meio de revisão bibliográfica, como a cultura corporal do movimento pode ser compreendida e aplicada como critério avaliativo nas aulas de Educação Física, sob a perspectiva de uma formação emancipadora e crítica dos sujeitos. Parte-se do reconhecimento de que a avaliação, historicamente marcada por práticas classificatórias e excludentes, precisa ser ressignificada no contexto escolar, especialmente na Educação Física, em que o corpo é tanto meio quanto fim do processo de aprendizagem. A pergunta norteadora da pesquisa é: Como a cultura corporal do movimento pode ser compreendida e aplicada como critério avaliativo nas aulas de Educação Física na perspectiva da formação emancipadora e crítica dos sujeitos? A partir da contribuição de autoras e autores como Nascimento (2018), Ghidetti e Rodrigues (2020), Santos et al. (2014) e Brasil e Ferreira (2020), o estudo evidencia que a avaliação na Educação Física deve ultrapassar a lógica da mensuração técnica para se constituir em prática pedagógica situada, sensível e transformadora. Ao articular as dimensões técnica, relacional e simbólica das práticas corporais, propõe-se uma concepção avaliativa alinhada ao reconhecimento das experiências corporificadas como espaço legítimo de produção de saberes e de subjetividades. A principal contribuição do trabalho consiste em defender que a cultura corporal do movimento, enquanto objeto de ensino e critério avaliativo, potencializa uma Educação Física escolar mais crítica, inclusiva e formativa.

Palavras-chave: cultura corporal do movimento; avaliação escolar; saberes corporais; Educação Física; formação crítica.

Abstract

This article aims to analyze, through a bibliographic review, how the culture of body movement can be understood and applied as an assessment criterion in Physical Education classes, from the perspective of an emancipatory and critical education. It starts from the recognition that assessment, historically marked by classificatory and exclusionary practices, needs to be redefined within the school context—especially in Physical Education, where the body is both a means and an end in the learning process. The guiding question of the research is: how can the culture of body movement guide assessment practices that promote student protagonism and recognize bodily knowledge as legitimate? Based on the contributions of authors such as Nascimento (2018), Ghidetti and Rodrigues (2020), Santos et al. (2014), and Brasil and Ferreira (2020), the study highlights that assessment in Physical Education must go beyond technical measurement and become a situated, sensitive, and transformative pedagogical practice. By

¹ Aluna do Curso de Fisioterapia da Faculdade de Ciências da Saúde de Unai – FACISA e do Curso de Educação Física da Faculdade Cruzeiro do Sul.

² Aluno do Curso de Educação Física da Faculdade Cruzeiro do Sul.

³ Professor da Faculdade de Ciências da Saúde de Unai – FACISA.

articulating the technical, relational, and symbolic dimensions of body practices, it proposes an assessment approach aligned with the recognition of embodied experiences as a legitimate space for the production of knowledge and subjectivities. The main contribution of this work is to argue that the culture of body movement, as both a teaching object and an assessment criterion, enhances a more critical, inclusive, and formative Physical Education.

Keywords: culture of body movement; school assessment; bodily knowledge; Physical Education; critical education.

INTRODUÇÃO

A cultura escolar sempre foi da avaliação interna como medida do desempenho do aluno, que define inclusive a dita qualidade da trajetória do aluno dentro de sistemas de ensino formais. Nesse campo, a Educação Física, como componente curricular, também demanda a avaliação. Contudo, como avaliar resultados a partir dos usos de movimentos corporais.

A avaliação escolar, conforme problematizada por Cianflone e Andrade (2007), permanece profundamente enraizada em práticas tradicionais, mesmo em contextos de reformas educacionais que propõem a reorganização do ensino em ciclos e a progressão continuada. Apesar das inovações legais e curriculares que visam democratizar o acesso e garantir a permanência do aluno na escola, prevalecem lógicas avaliativas baseadas na seleção, na punição e na normatização de comportamentos, muitas vezes descoladas de uma concepção processual de aprendizagem. As autoras apontam que os professores continuam adotando critérios de avaliação centrados em aspectos comportamentais e estéticos, reproduzindo padrões historicamente excludentes e ignorando as diversidades culturais e sociais dos estudantes. Essa avaliação mantém-se como dispositivo regulador, legitimando fracassos escolares sob a aparência de neutralidade técnica.

Além disso, Cianflone e Andrade (2007) evidenciam como a ambiguidade das reformas e a falta de suporte estrutural e formativo aos professores acabam transformando as propostas inovadoras em movimentos superficiais de ajustamento. A ausência de critérios claros, o despreparo metodológico e o excesso de alunos por sala comprometem qualquer possibilidade de prática avaliativa realmente formativa. O que se observa, segundo as autoras, é a coexistência de dois discursos contraditórios: um que valoriza o acompanhamento contínuo e qualitativo do processo de aprendizagem, e outro que exige resultados mensuráveis e padronizados por meio de avaliações externas. Nesse embate, a avaliação deixa de cumprir seu



papel pedagógico e se torna um instrumento de controle que desautoriza o trabalho docente e esvazia o sentido da aprendizagem escolar.

Nessa pesquisa, vamos argumentar que, na educação física escolar, a cultura corporal do movimento deve ser tornar um critério de avaliação, no sentido de tornar a avaliação um processo emancipatório.

A CULTURA CORPORAL DO MOVIMENTO NA EDUCAÇÃO FÍSICA

O conceito de cultura corporal é um importante movimento na área de educação física, que impactam o currículo e as práticas pedagógicas. Nascimento (2018) propõe uma conceituação dos objetos de ensino da Educação Física com base na sistematização dos significados das atividades da cultura corporal, ancorada na perspectiva histórico-cultural. A autora parte da compreensão de que essas atividades, como dança, jogo, luta e ginástica, são práticas sociais historicamente produzidas e carregadas de significações. Seu objetivo é contribuir com a organização didática da Educação Física na escola, destacando como essas práticas podem atuar como mediações formativas, desenvolvendo uma ação pedagógica crítica e emancipadora a partir da experiência concreta dos sujeitos com os conteúdos corporais.

Nascimento (2018) defende que refletir sobre o que se ensina em Educação Física exige explicitar o sistema teórico que sustenta a seleção e organização dos conteúdos. Ela problematiza a ausência de uma abordagem pedagógica clara em muitas pesquisas da área, argumentando que a definição dos objetos de ensino deve considerar a especificidade da prática corporal em sua dimensão formativa. É necessário que os professores compreendam não apenas o que é ensinado, mas por que e como se ensina, para que possam planejar intervenções coerentes com os objetivos de formação humana ampla e crítica.

A autora apresenta um referencial metodológico baseado no materialismo histórico-dialético, sugerindo duas ações centrais: a análise de episódios históricos que envolvem as práticas corporais e o exame dos conhecimentos pedagógicos produzidos sobre elas. Essas ações visam identificar os elementos centrais das atividades da cultura corporal, compreendendo suas transformações históricas e os sentidos que essas práticas adquirem em diferentes contextos sociais. O conhecimento é, assim, concebido como uma síntese entre a prática social objetivada e sua sistematização teórica.

Dentro dessa perspectiva, Nascimento (2018) defende que o objeto de uma atividade de ensino deve ser compreendido como aquilo que orienta a ação dos sujeitos, isto é, os problemas centrais que emergem da prática social e que continuam determinando as ações na atualidade. No caso da Educação Física, esses objetos se expressam nos significados específicos das atividades corporais e em sua potência de formar sujeitos criadores. Isso significa entender que tais práticas não apenas refletem condições sociais (gênero, classe, etnia), mas também têm autonomia relativa e potencial formativo transformador.

Utilizando a dança como exemplar, a autora mostra que seu ensino não pode se reduzir à simples reprodução de estilos ou passos, mas deve focar na ação criadora do sujeito que dança. O papel pedagógico da Educação Física seria, portanto, criar condições para que os estudantes experimentem e recriem as atividades da cultura corporal, reconhecendo nelas não apenas seu valor social, mas sua potência enquanto experiências formativas. Essa ação pedagógica deve estar fundamentada em critérios teóricos que permitam compreender os sentidos históricos da prática corporal e suas possibilidades educativas.

Nascimento (2018) reafirma que a definição dos objetos de ensino da Educação Física não é tarefa exclusiva dos pesquisadores, mas uma responsabilidade do professor em sua prática cotidiana. A sistematização dos significados centrais das atividades da cultura corporal fornece subsídios para que o professor organize seu ensino de forma intencional e crítica. Assim, ao propor respostas à pergunta “o que ensinamos em Educação Física?”, contribui-se não só para o aprimoramento da prática pedagógica, mas também para a construção de uma Educação Física comprometida com a formação de sujeitos capazes de agir criadoramente no mundo. Deseja que essa conceituação continue inspirando investigações futuras sobre a natureza e os sentidos do ensino da cultura corporal na escola.

Por sua vez, Ghidetti e Rodrigues (2020) analisam o conceito de “cultura corporal de movimento” enquanto objeto de ensino da Educação Física, relacionando-o aos processos de subjetivação. Os autores problematizam como as propostas pedagógicas progressistas da Educação Física, especialmente as teorias crítico-superadora e crítico-emancipatória, tratam o corpo e as práticas corporais, ora como formas de resistência à dominação, ora como substratos da conscientização. Essa tensão entre a dimensão simbólica e a material das práticas corporais é explorada à luz das reformulações epistemológicas da área desde a década de 1980.



A pesquisa parte do entendimento de que o conceito de cultura corporal de movimento se consolidou como eixo teórico da Educação Física escolar, mas que carrega consigo contradições não resolvidas. Os autores argumentam que há um esvaziamento do conceito quando se separa corpo e cultura em uma lógica de mera representação. O texto defende que as práticas corporais têm imanência material e que seu caráter formativo está relacionado à técnica específica e à forma como ela estrutura a experiência corporal. Isso coloca em questão a possibilidade de uma pedagogia do corpo que vá além do discurso e atinja, de fato, a transformação dos sujeitos.

Para evidenciar essas discussões, os autores utilizam a prática do Futebol Freestyle como um exemplo empírico. Por meio da análise de um fórum de praticantes, observam como a prática emergiu como uma linguagem própria e se descolou do futebol tradicional. A organização comunitária no fórum, a sistematização de técnicas e a busca por reconhecimento evidenciam um processo de subjetivação no qual o corpo é modelado por um saber coletivo. A prática surge como resposta a um contexto urbano e midiático e revela os limites e possibilidades formativas das práticas corporais fora da escola.

O texto também se vale do trabalho etnográfico sobre o boxe, demonstrando como a academia funciona como uma instituição quase total na formação do pugilista, regulando tempo, espaço e emoções. A prática corporal, nesse caso, não é apenas uma técnica esportiva, mas uma pedagogia implícita e coletiva, na qual a disciplina corporal é resultado de um saber-fazer transmitido por um corpo coletivo. Isso reforça a ideia de que a subjetivação não depende apenas da conscientização discursiva, mas de uma imersão prática e sensível no saber corporal.

Os autores questionam, então, as pedagogias que insistem em transformar o corpo em linguagem e o reduzem a um meio de representação simbólica, sem enfrentar a espessura material das práticas corporais. A crítica recai sobre a ausência de uma reflexão mais densa sobre o que é corporal na “cultura corporal de movimento”, pois muitas propostas pedagógicas acabam reproduzindo uma visão idealizada do corpo como agente transformador sem considerar os modos concretos de sua conformação histórica e social.

Ghidetti e Rodrigues (2020) propõem uma inflexão teórica que reconheça o papel da técnica e da materialidade nas práticas corporais como aspectos centrais da formação. A aposta é que só ao reconhecer a complexidade das práticas corporais enquanto práticas sociais corporificadas, atravessadas por saberes, poderes e subjetividades, a Educação Física poderá

construir um projeto pedagógico crítico e realmente formativo. Esse movimento implica superar o discurso vazio da representação e encarar o corpo como campo de disputa real nos processos de subjetivação contemporâneos.

AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLA

A avaliação, no contexto da educação física escolar, deve ser construída de forma a ser emancipatória. Ela não deve ser pensada como um espaço de medição de resultados e de desempenho, mas na qual o sujeito se transforma na sua relação com seu corpo e seus movimentos.

Nesse contexto, Santos et al. (2014) investigam, por meio de uma pesquisa-ação, formas colaborativas de construir práticas avaliativas significativas para a Educação Física escolar. A proposta envolveu uma professora e alunos do 4º ano do ensino fundamental em uma escola da rede municipal de Vitória (ES), com o objetivo de repensar a avaliação como uma prática indiciária, ou seja, voltada para os sinais, pistas e indícios que os alunos expressam em suas vivências corporais e aprendizagens. A perspectiva adotada vai além da avaliação tradicional baseada em notas, buscando refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem em sua complexidade e riqueza.

A pesquisa foi desenvolvida em duas fases principais: a primeira, de diagnóstico e análise das práticas avaliativas já utilizadas pela professora; a segunda, de intervenção pedagógica colaborativa, centrada no projeto “Resgate das Brincadeiras da Família”. Os autores destacam a importância da escuta dos alunos e da valorização dos seus saberes para o planejamento das aulas e definição dos critérios avaliativos. A avaliação passou a ser compreendida como uma forma de compreender a relação dos sujeitos com o saber, considerando os aspectos emocionais, relacionais, corporais e conceituais envolvidos nas aulas.

Durante a intervenção, foram criados diversos instrumentos avaliativos, como fichas individuais, autoavaliações com ícones expressivos, registros fotográficos, desenhos e um diário de Educação Física escrito pelos próprios alunos. Esses instrumentos permitiram não só um acompanhamento mais próximo das aprendizagens, mas também evidenciaram como as crianças se sentiam, o que valorizavam nas aulas e como construía significados a partir das experiências corporais. Os registros possibilitaram vislumbrar dimensões do saber que normalmente não aparecem nas avaliações tradicionais.

Nessa perspectiva avaliativa, o foco se desloca da verificação do acerto para a leitura de processos, considerando os saberes de domínio (relacionados ao fazer com o corpo), os saberes-objeto (conteúdos mais conceituais) e os saberes relacionais (ligados às interações com o outro e consigo mesmo). Essa abordagem amplia o campo da avaliação e o torna mais coerente com a especificidade da Educação Física como componente curricular.

A pesquisa também evidencia os desafios enfrentados, como a resistência inicial dos alunos a experimentar novas brincadeiras, as disputas de gênero nas aulas e o distanciamento entre os instrumentos oficiais de avaliação da escola e as práticas reais da professora. No entanto, esses obstáculos se tornaram oportunidades para repensar o planejamento e a construção coletiva de sentidos. A valorização da experiência vivida, da escuta sensível e da participação ativa dos estudantes configurou-se como um caminho possível para uma avaliação emancipadora.

Com base em Santos et al. (2014), que avaliar na Educação Física exige compreender a singularidade dessa disciplina, marcada pelo fazer com o corpo e pelas experiências relacionais. A avaliação deve ser entendida como uma prática investigativa, reflexiva e situada, que considera os saberes em construção e promove o protagonismo dos sujeitos. Mais do que atribuir notas, trata-se de criar condições para que professores e alunos pensem juntos sobre o que foi aprendido, como foi vivido e o que ainda está por vir.

AVALIANDO POR MEIO DA CULTURAL CORPORAL DO MOVIMENTO

Aqui propomos, como já apresentado na introdução, que a educação física escolar deve considerar a cultura corporal do movimento como critério avaliativo. Sobre isso, Brasil e Ferreira (2020) propõe uma análise sobre as formas de avaliação das aprendizagens corporais no ensino médio, focalizando especificamente o ensino do handebol.

A pesquisa-ação realizada pelas autoras teve como principal objetivo investigar, por meio do uso de fichas avaliativas, como os estudantes expressam saberes técnicos, táticos, físicos e volitivos durante as aulas de Educação Física. O trabalho se insere no contexto da escassez de estudos que discutem a avaliação dos saberes corporais, ainda pouco explorada na literatura acadêmica, e busca superar práticas tradicionais de avaliação que se concentram exclusivamente em aspectos conceituais ou atitudinais.

A análise revelou que a avaliação dos saberes corporais exige um redimensionamento das práticas pedagógicas, exigindo, do professor, um entendimento mais complexo sobre as dinâmicas dos jogos e sobre a diversidade de experiências dos estudantes com as práticas corporais. Essa abordagem está alinhada à perspectiva de Nascimento (2018), que afirma que as práticas da cultura corporal devem ser compreendidas em sua historicidade e significados sociais, oferecendo uma mediação formativa crítica. Tal mediação, segundo a autora, só é possível quando o professor reconhece os sentidos do corpo e das práticas em sua potência educativa, o que requer, por consequência, novas formas de avaliar a aprendizagem.

Ao utilizar instrumentos como fichas de autoavaliação, observações entre pares e registros escritos, o estudo buscou dar visibilidade aos saberes expressos nas ações dos estudantes. As fichas aplicadas ao longo das aulas permitiram uma aproximação entre os objetivos pedagógicos e o processo avaliativo, superando a lógica da mensuração e se aproximando de uma compreensão dialógica e reflexiva do ensino e da aprendizagem. O reconhecimento de aspectos como medo, vergonha e insegurança por parte dos alunos evidencia a necessidade de estratégias avaliativas que também acolham os aspectos subjetivos e relacionais envolvidos nas práticas corporais.

Brasil e Ferreira (2020) discutem que a avaliação entre pares, em especial, se mostrou uma estratégia potente, pois possibilitou aos estudantes compreender o jogo não apenas ao executá-lo, mas ao observá-lo criticamente, promovendo o desenvolvimento de uma consciência corporal e coletiva. Ao assumirem o papel de avaliadores, os alunos passaram a refletir sobre o próprio desempenho e o dos colegas, fortalecendo o senso de responsabilidade e de colaboração no processo de aprendizagem. Essa dinâmica reforça o entendimento de que os saberes corporais não são apenas habilidades técnicas, mas experiências corporificadas que se relacionam com as trajetórias e vivências singulares de cada sujeito.

Nesse sentido, os resultados apontam para a importância de considerar o corpo como espaço de produção de saberes e não apenas como meio de execução de movimentos. Como propõe Nascimento (2018), a organização didática da Educação Física deve permitir que os sujeitos experimentem e ressignifiquem as práticas da cultura corporal de maneira crítica e criadora. Isso implica não só na escolha dos conteúdos, mas também nos modos como são avaliados, pois a forma de avaliar interfere diretamente na forma de ensinar e de aprender.

Brasil e Ferreira (2020) concluíram que práticas avaliativas mais dialógicas, sensíveis e integradas ao cotidiano das aulas favorecem a construção de uma Educação Física

mais democrática, inclusiva e formativa. A valorização dos saberes corporais, aliada ao protagonismo dos estudantes e à escuta atenta do professor, constitui um caminho possível para a superação de modelos excludentes. Assim, avaliar torna-se não apenas uma atividade técnica, mas uma prática pedagógica comprometida com o desenvolvimento humano em sua totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho tinha como premissa central de que as avaliações de educação física escolar precisam ser emancipatórias, permitindo que cada aluno construa uma relação autônoma com seu próprio corpo.

Assim, com base nas análises teóricas e nas contribuições empíricas discutidas ao longo do trabalho, conclui-se que a adoção da cultura corporal do movimento como critério avaliativo na Educação Física escolar representa uma importante inflexão epistemológica e pedagógica. Avaliar, nesse contexto, não deve restringir-se à aferição de desempenho técnico ou à aplicação de instrumentos padronizados e classificatórios. Ao contrário, trata-se de reconhecer os saberes corporais como manifestações complexas e significativas da experiência humana, atravessadas por dimensões subjetivas, sociais, culturais e históricas. Nesse sentido, a avaliação deve ser concebida como prática reflexiva, sensível e processual, voltada à escuta, à mediação e à construção coletiva do conhecimento.

As contribuições de Nascimento (2018), Ghidetti e Rodrigues (2020), Santos et al. (2014) e Brasil e Ferreira (2020) evidenciam que práticas avaliativas mais dialógicas e comprometidas com a formação integral dos sujeitos são possíveis e desejáveis, desde que fundamentadas em referenciais críticos e em intencionalidades pedagógicas claras. A cultura corporal, ao ser compreendida como mediação formativa, demanda do professor um redimensionamento de seu olhar avaliativo, que valorize a diversidade das experiências corporais e promova o protagonismo dos estudantes no processo de aprendizagem. Nesse horizonte, a avaliação torna-se um ato político e ético, orientado não pela exclusão ou pela padronização, mas pela inclusão e pelo reconhecimento das múltiplas formas de ser, saber e estar no mundo por meio do corpo em movimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Isabella Blanche Gonçalves; FERREIRA, Lílian Aparecida. Os saberes corporais na Educação Física escolar: reflexões acerca dos processos avaliativos. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 32, n. 62, p. 1–22, abr./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020e67065>.

CIANFLONE, A. R. L.; ANDRADE, É. N. F. DE. Práticas avaliativas no ensino fundamental e cultura escolar. *Paidéia* (Ribeirão Preto), v. 17, n. 38, p. 389–402, set. 2007. Disponível em:

GHIDETTI, Filipe Ferreira; RODRIGUES, Renata Marques. Cultura corporal de movimento em pauta: uma análise sobre o objeto de ensino da Educação Física como vetor dos processos de subjetivação com o corpo. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 32, n. 61, p. 1–23, jan./mar. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020e62668>.

NASCIMENTO, Carolina Picchetti. Os significados das atividades da cultura corporal e os objetos de ensino da Educação Física. *Movimento*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 677-690, abr./jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.77157>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/zDTLddrYkwy4cS5ZHyyzr/?lang=pt>. Acesso em: 08 maio 2025.

SANTOS, Wagner dos et al. Avaliação na Educação Física escolar: construindo possibilidades para a atuação profissional. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 30, n. 4, p. 153–179, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-469826268>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/NT4BqQq6MpwPsV65zQTNkvP/>. Acesso em: 08 maio 2025.